

3.5 – Análise dos Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

3.5.1. Despesas com Pessoal da União

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADA	DESPESAS EXECUTADA	2009/2008
	Jan/2008 a Dez/2008	Jan/2009 a Dez/2009	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			
Pessoal Ativo	107.509.293	125.007.644	16,28%
Pessoal Inativo e Pensionistas	56.630.903	66.618.863	17,64%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	50.878.390	58.388.780	14,76%
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	13.779.022	18.577.495	34,82%
Decorrentes de Decisão Judicial	89.430	119.087	33,16%
Despesas de Exercícios Anteriores	2.190.846	2.393.398	9,25%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	887.440	485.114	-45,34%
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	10.611.305	15.579.897	46,82%
Contribuições Patronais	-	-	-
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III)	93.730.272	106.430.148	13,55%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	428.563.288	437.199.421	2,02%
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL [(IV / V) x 100]	21,87%	24,34%	11,31%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9% ¹	162.425.886	165.698.581	2,02%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	154.325.640	157.435.512	2,02%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2009 e de 2008/STN

A Lei Complementar n.º 101/2000 estabelece que os gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo Federal durante o período de 12 meses não poderão exceder a 40,9 % da Receita Corrente Líquida na forma estabelecida nos artigos 18 a 20 da referida Lei. Da análise da tabela anterior, constata-se que os limites referentes às despesas com pessoal do Poder Executivo mencionados no artigo 56 da LRF foram cumpridos no período de janeiro a dezembro de 2009. Destaca-se que a relação entre despesa com pessoal e RCL sofreu um aumento em 2009 comparado com 2008, passando de 21,87% para 24,34%. Esse incremento pode ser explicado pelo crescimento nominal da despesa de pessoal (13,55%) ter sido maior que o aumento da RCL (2,02%).

COMPARATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL (2005-2009)

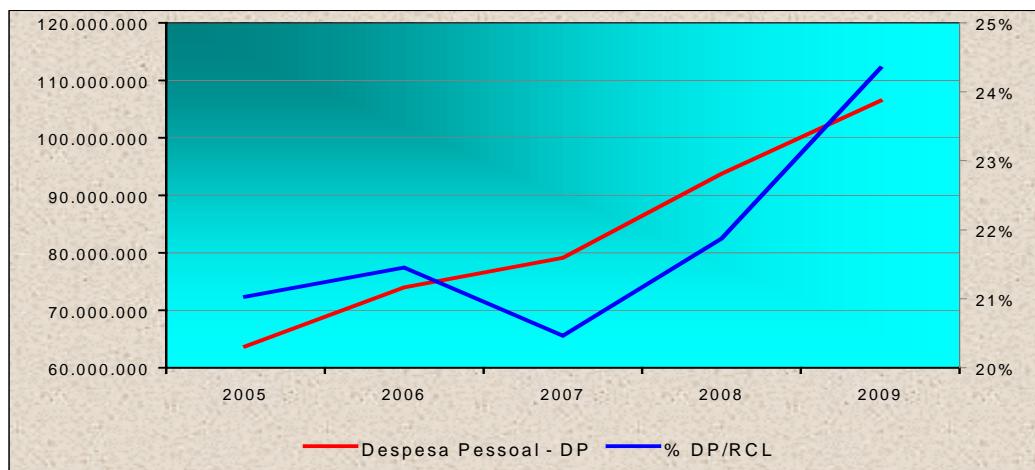
R\$ milhares

	2005	2006	2007	2008	2009
Despesa Pessoal para fins de apuração do limite - DP	63.729.926	73.958.766	79.128.842	93.730.272	106.430.148
% DP/RCL	21,03%	21,45%	20,46%	21,87%	24,34%
Limite permitido	37,90%	37,90%	37,90%	37,90%	37,90%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL (2005-2009)

R\$ milhares



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

3.5.2. Dívida Pública Consolidada

Registrhou-se, em 2009, aumento da relação entre o endividamento público e o PIB, tendo contribuído para isso o impacto da crise financeira internacional sobre o nível de atividade e, consequentemente, sobre as receitas públicas, bem como as medidas anticíclicas adotadas para mitigar os efeitos da crise. Com isso, interrompeu-se a trajetória de cinco anos consecutivos de redução da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) como proporção do PIB.

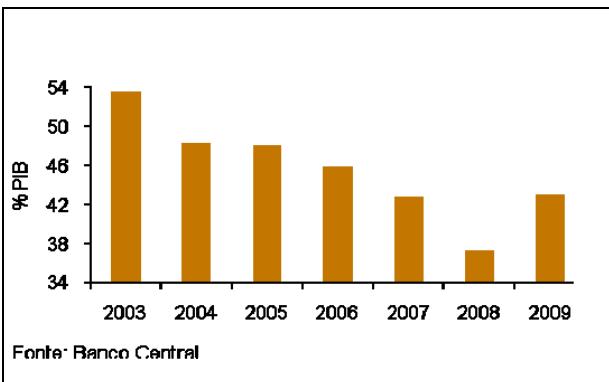
Ressalte-se que em 2008, com a eclosão da crise financeira internacional, a desvalorização cambial acumulada no ano atingiu 32%, contribuindo para reduzir a relação DLSP/PIB, já que a DLSP registra saldo credor vinculado ao câmbio.

Em 2009, com a valorização cambial de 25,5%, e o retorno da taxa de câmbio a níveis próximos ao registrado no final de 2007, esse impacto foi invertido. As mudanças na taxa de câmbio contribuíram para que a DLSP, que havia atingido 42,8% do PIB em 2007 e 37,3% em 2008, retornasse para 43% em 2009.

O déficit nominal, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, também registrou elevação em 2009, em valores correntes e quando comparado ao PIB.

Destaque-se, entretanto, que as perspectivas para o médio e longo prazo continuam favoráveis, indicando a redução dos níveis de déficit e endividamento.

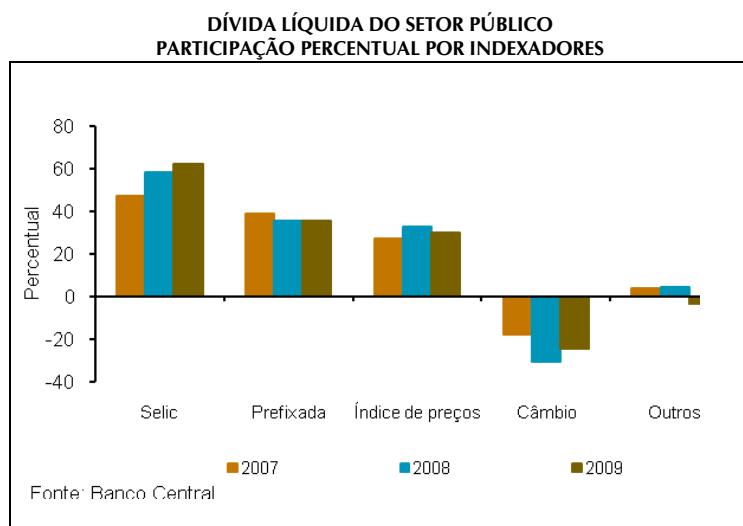
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO



A composição da DLSP alterou-se em 2009, com destaque para a redução da parcela credora vinculada ao câmbio que registra, desde meados de 2006, saldo credor líquido, decorrente, sobretudo, do crescimento das reservas internacionais. A redução, em 2009, dessa parcela deve-se à valorização cambial ocorrida no período.

Ressalte-se que a existência de saldo credor líquido vinculado ao câmbio permite maior segurança na administração da DLSP em momentos de turbulência nos ambientes interno e externo. Houve também redução da participação de títulos vinculados a índices de preços no total da DLSP. Por outro lado, as parcelas da DLSP prefixada e vinculada à taxa Selic apresentaram crescimento.

Além de mudança na composição, registrou-se, ainda, aumento do prazo médio dos títulos emitidos, em linha com as diretrizes de gerenciamento fixadas pelo Governo Federal em seus planos de financiamento da dívida.



DISCRIMINAÇÃO	2007		2008		2009	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
Dívida líquida total – Saldo	1200 799	42,8	1153 631	37,3	1345 325	43,0
Fluxos Acumulados no ano						
Var. DLSP	88 098	-3,1	-47 168	-5,5	191 694	5,6
Fatores	88 098	3,1	-47 168	-1,5	191 694	6,1
NFSP	71 492	2,5	57 240	1,9	104 622	3,3
Primário	-89 730	-3,2	-106 420	-3,4	-64 518	-2,1
Juros	161 222	5,7	163 660	5,3	169 140	5,4
Ajuste cambial	21 016	0,7	-77 373	-2,5	79 754	2,5
Dív. interna ¹	-2 432	-0,1	3 180	0,1	-3 414	-0,1
Dív. externa	23 449	0,8	-80 553	-2,6	83 168	2,7
Outros ²	-2 516	-0,1	-26 404	-0,9	10 880	0,3
Reconhecimento de dívidas	- 630	0,0	135	0,0	- 345	0,0
Privatizações	-1265	0,0	-767	0,0	-3217	-0,1
Efeito crescimento PIB		-6,2		-4,0		-0,5

Fonte: Banco Central

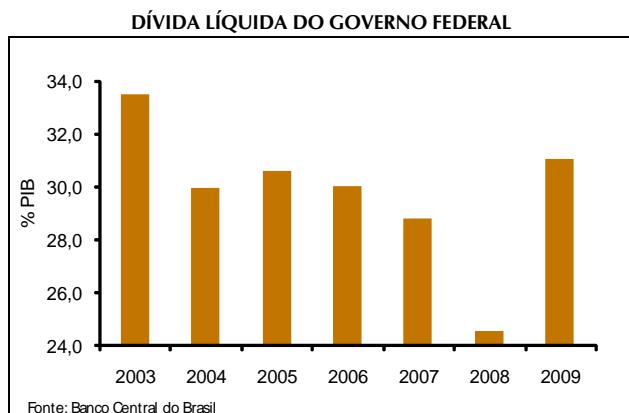
1/ Dívida mobiliária interna indexada ao dólar.

2/ Paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida.

Dívida Líquida do Governo Federal

A dívida líquida do Governo Federal alcançou, em 2009, 31% do PIB, elevando-se 6,4 p.p. do PIB em relação a 2008. A dívida mobiliária federal, componente mais importante da dívida líquida, alcançou 44,7% do PIB.

Destaque-se, por outro lado, a redução da dívida externa líquida do Governo Federal, que passou de 4,1% do PIB em 2008 para 3% em 2009. Essa redução foi determinada, principalmente, pela valorização cambial de 25,5% verificada em 2009.



Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida da União encerrou o exercício de 2009 em R\$ 971,9 bilhões, contra R\$ 760,3 bilhões observados no exercício anterior.

Em proporção da Receita Corrente Líquida, houve elevação no período, passando de 177,41% em 2008 para 222,29% em 2009.

O Senado Federal ainda não regulamentou o limite da

Dívida Consolidada Líquida para a União, estando em tramitação naquela Casa o projeto de resolução encaminhado pela Mensagem no 154/2000 e Aviso no 1.354 - Casa Civil, de 2000.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A DEZEMBRO/2009

RGF - Anexo II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.714.930.326	1.896.318.286	2.107.793.785	2.179.091.992
Dívida Mobiliária	1.828.615.101	1.801.874.043	1.951.960.617	2.087.639.820
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08)	(171.416.013)	45.782.887	110.624.636	52.211.888
Dívida Contratual	35.206.534	27.033.663	24.322.354	19.203.574
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	63.729	65.749	57.962	144.695
Outras Dívidas	22.460.973	21.561.943	20.828.215	19.892.016
DEDUÇÕES (II)	954.617.739	1.086.069.633	1.194.954.219	1.207.223.067
Ativo Disponível	256.475.363	375.343.743	395.416.635	407.029.516
Haveres Financeiros	698.142.376	710.725.890	799.537.583	800.193.551
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-	-
Precatórios anteriores a 5.5.2000	-	-	-	-
Insuficiência Financeira	-	-	-	-
Outras Obrigações	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	760.312.587	810.248.653	912.839.566	971.868.925
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	428.563.288	420.877.832	423.852.829	437.199.421
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	400,16%	450,56%	497,29%	498,42%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	177,41%	192,51%	215,37%	222,29%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>¹	-	-	-	-

FONTE: Banco Central do Brasil.

¹ Limite em regulamentação.

COMPARATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (2005-2009)

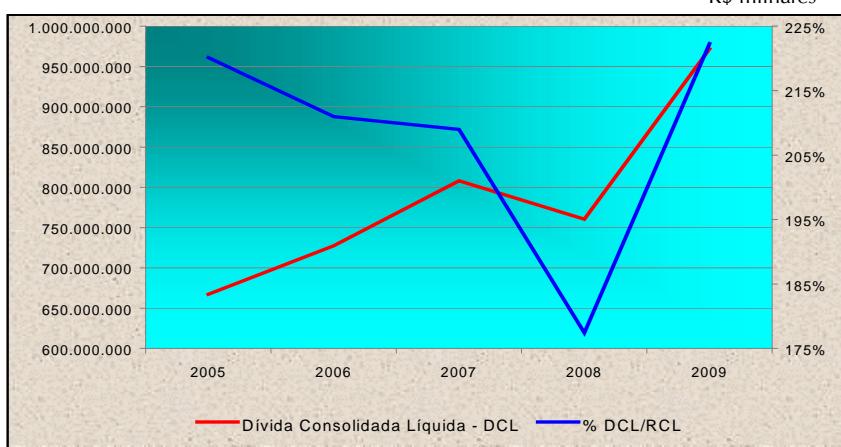
R\$ milhares

	2005	2006	2007	2008	2009
Dívida Consolidada Líquida - DCL	667.049.124	727.320.544	808.097.114	760.312.587	971.868.925
% DCL/RCL	220,14%	210,98%	208,98%	177,41%	222,29%
Limite permitido	-	-	-	-	-

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

EVOLUÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (2005-2009)

R\$ milhares



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

3.5.3 - Garantias e Contragarantias de Valores

A Resolução SF nº 96/1989 foi revogada em 21 de dezembro de 2007, por meio da Resolução SF nº 48/2007, que fixou novos limites para a realização de operações de crédito e concessão de garantia da União. Para fins de análise, apresentamos a seguir o Limite de Garantias apurado nos termos da citada Resolução nº 48/2007:

LIMITE DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009			R\$ milhares
	EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	92.786.846	90.810.210	84.650.945	87.335.930	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	428.563.288	420.877.832	423.852.829	437.199.421	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III / IV)	21,65%	21,58%	19,97%	19,98%	
LIMITE DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 48/2007 - 60%	257.137.973	252.526.699	254.311.698	262.319.653	

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2009/STN

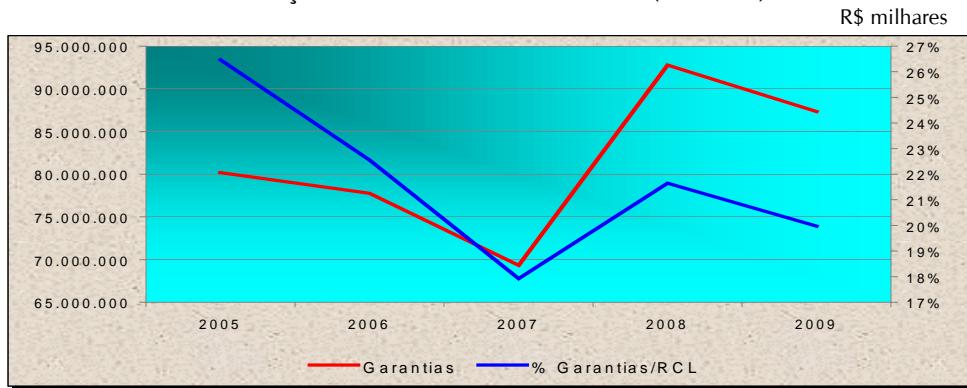
O saldo das garantias concedidas pela União até 3º quadrimestre de 2009 apresentou decréscimo de cerca de R\$ 5,45 bilhões, representando variação negativa da ordem de 5,87% em relação ao exercício de 2008. Importante observar ainda que não houve garantia honrada pela União no exercício de 2009, e não consta processo de recuperação de haveres da União decorrentes da honra de aval externo.

COMPARATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (2005-2009)

	2005	2006	2007	2008	2009	R\$ milhares
Garantias	80.187.279	77.753.042	69.331.565	92.786.846	87.335.930	
% Garantias/RCL	26,46%	22,55%	17,93%	21,65%	19,98%	
Limite permitido	-	-	-	-	60,00%	60,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (2005-2009)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

3.5.4. Operações de Crédito

DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	R\$ milhares
	Até o 3º Quadrimestre	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	686.343.255	
TOTAL DA AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO (II)	517.912.000	
OUTRAS DEDUÇÕES (III)	79.908.537	
(-) Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	68.305.513	
(-) Aporte Bacen MP 435/2008	11.603.023	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	437.199.421	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V) = (I) - (II) - (III)	20,25%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS - 60% ⁴	262.319.653	

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2009/STN

Em 2009, o Tesouro Nacional realizou operações de crédito concernentes à dívida pública no montante de R\$ 686,34 bilhões. É importante observar que esse montante inclui operações orçamentárias e extra-orçamentárias, que passaram a ser consideradas na apuração do limite a partir do exercício de 2009. Além disso, a Resolução do Senado Federal nº 41/2009 ampliou as operações dedutíveis para fins de apuração do limite, que passaram a incluir as emissões de títulos destinadas:

- a) ao pagamento de resultado negativo apurado no balanço semestral do Banco Central do Brasil, de que trata o inciso II do art. 2º da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001;
- b) ao pagamento do resultado financeiro negativo das operações com reservas cambiais depositadas no Banco Central do Brasil e das operações com derivativos

cambiais por ele realizadas no mercado interno, conforme apurado em seu balanço semestral, de que trata o inciso II do art. 6º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;

- c) a assegurar ao Banco Central do Brasil a manutenção de carteira de títulos da dívida pública em dimensões adequadas à execução da política monetária, de que trata o inciso IX do art. 1º da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001;

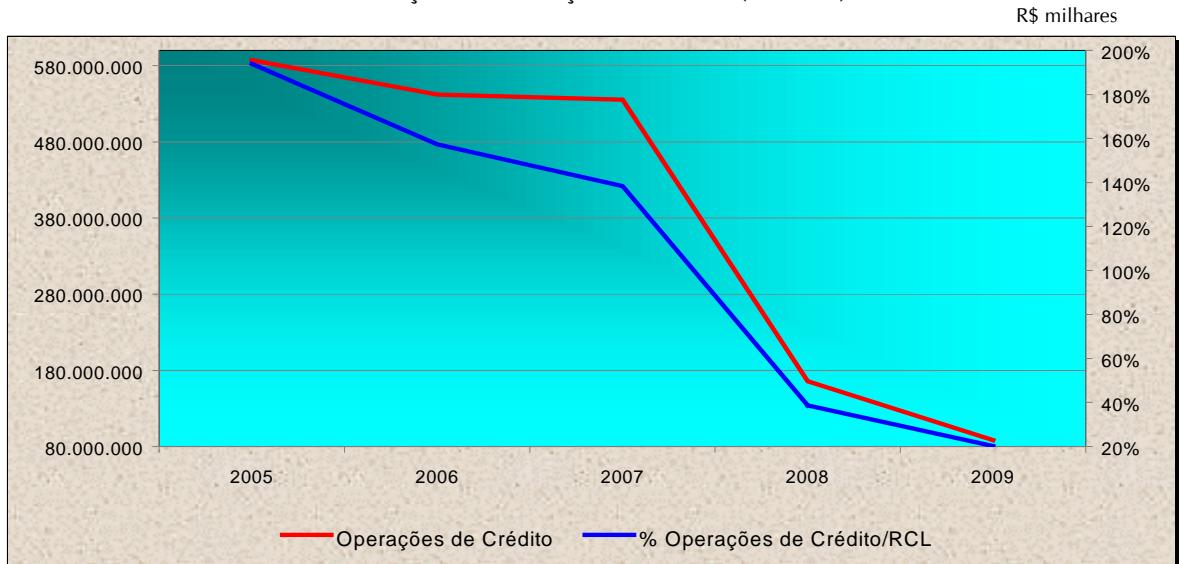
Assim, considerando as devidas deduções, as operações de crédito representaram 20,25% da Receita Corrente Líquida - RCL. Dessa forma, cumpriu-se o limite para operações de crédito externas e internas, ficando o percentual abaixo do estabelecido pelo Senado Federal, que é de 60%.

COMPARATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (2005-2009)

	2005	2006	2007	2008	2009	R\$ milhares
Operações de Crédito	587.242.536	542.168.242	535.239.592	165.781.175	88.522.719	
% Operações de Crédito/RCL	193,80%	157,27%	138,42%	38,68%	20,25%	
Limite permitido	-	-	-	-	60,00%	60,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (2005-2009)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

3.5.5. Demonstrativo dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

O Demonstrativo dos Restos a Pagar visa assegurar a transparência da inscrição em restos a pagar de despesas não liquidadas nos limites de disponibilidade de caixa de que trata a LRF. Os demonstrativos publicados pelo Poder Executivo Federal no RGF do 3º quadrimestre de 2009 estão demonstrados a seguir.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	28.670.496
Caixa	8.156	Depósitos	2.600.914
Bancos	400.784.197	Restos a Pagar Processados	8.740.369
Conta Movimento	230.332.959	Do Exercício	3.856.304
Contas Vinculadas	170.451.238	De Exercícios Anteriores	4.884.065
Aplicações Financeiras	43.910.563	Outras Obrigações Financeiras	17.329.213
Outras Disponibilidades Financeiras	-	Recursos Vinculados a Liberar para os Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União	6.164.525
		Diversas Obrigações	11.164.688
SUBTOTAL	444.702.917	SUBTOTAL	28.670.496
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	416.032.420
TOTAL	444.702.917	TOTAL	444.702.917
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			88.622.517
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			327.409.903

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	10.376.110	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	15.986.029
Caixa	-	Depósitos	2.863.779
Bancos	1.135.198	Restos a Pagar Processados	13.055.590
Conta Movimento	3.195	Do Exercício	13.004.203
Contas Vinculadas	1.132.002	De Exercícios Anteriores	51.387
Aplicações Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	66.660
Outras Disponibilidades Financeiras	9.240.912		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)	5.609.919	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	0
TOTAL	15.986.029	TOTAL	15.986.029
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			831.616
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII)			-

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2009/STN

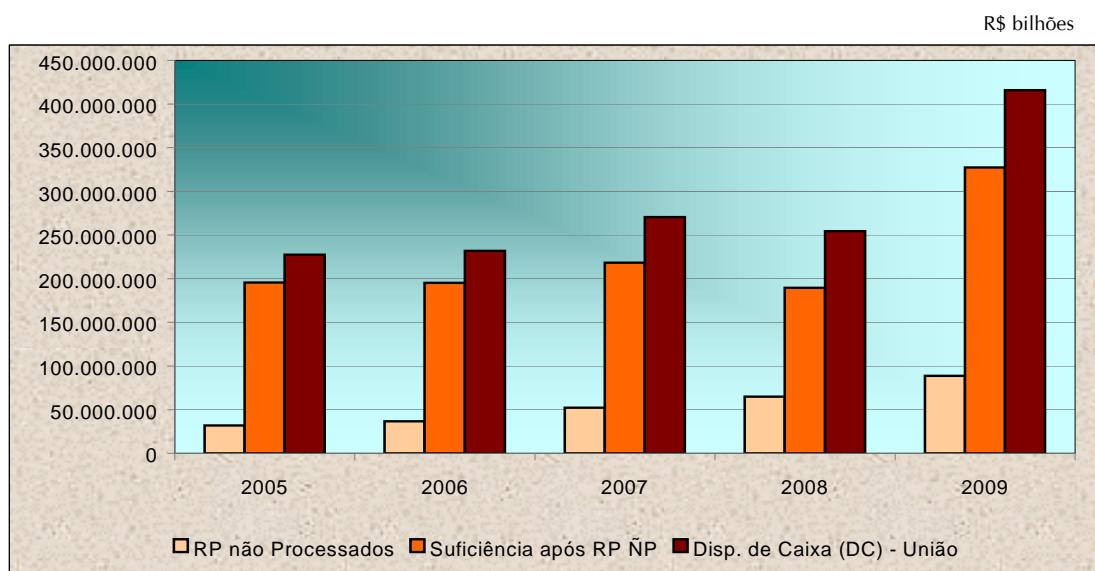
Esse demonstrativo visa evidenciar as disponibilidades de caixa, existentes em 31.12.2009, segregadas em regime geral e previdenciário e as exigibilidades de curto prazo.

COMPARATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (2005-2009)

	2005	2006	2007	2008	2009
Disp. de Caixa (DC) - União	227.571.466	231.918.016	270.623.944	254.428.768	416.032.420
RP não Processados	31.783.227	36.731.067	52.322.709	64.954.529	88.622.517
Suficiência apóis RP NP	195.788.239	195.186.949	218.301.235	189.474.239	327.409.903

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

Evolução da disponibilidade de Caixa e dos restos a pagar não-processados (2005-2009)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
Presidência da República	1.256.677	1.096.533	14.035.899	38.642.886	410	
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	9.621	7.831	136.527	1.532.135	5	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.149	146	375.603	386.284	0	
Ministério da Ciência e Tecnologia	11.610	15.377	94.769	671.414	1	
Ministério da Fazenda	28.156	13.721	76.566	258.744	0	
Ministério da Educação	25.846	71.241	2.637.398	8.571.158	92	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	5.595	205	43.465	644.378	0	
Ministério da Justiça	226	22	9.940	64.126	0	
Ministério de Minas e Energia	1.824	17.268	36.649	442.385	21	
Ministério da Previdência Social	16	521	1.551.203	2.625.943	0	
Ministério das Relações Exteriores	2.945	1.748	2.085	6.886	0	
Ministério da Saúde	22	51	631	20.490	4	
Ministério do Trabalho e Emprego	928.752	61.122	428.042	6.074.280	40	
Ministério dos Transportes	2	1.014	347.830	170.174	0	
Ministério das Comunicações	22	0	22.899	36.341	0	
Ministério da Cultura	2.009	9	2.154	50.783	0	
Ministério do Meio Ambiente	1.097	92	35.843	78.026	0	
Ministério do Desenvolvimento Agrário	146	16	10.255	46.485	0	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	9.281	4.215	189.715	664.572	0	
Ministério do Esporte	1.426	445	722.415	856.781	0	
Ministério da Defesa	131.800	194.214	444.147	3.397.600	246	
Ministério da Integração Nacional	82.038	14.210	1.671.180	2.462.614	0	
Ministério do Turismo	2.531	9.754	1.466.415	1.903.867	0	
Ministério das Cidades	3.141	134.085	18.150	118.196	0	
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	7.423	549.227	3.712.019	7.559.224	0	
Presidência da República	3.678.775	15.763.974	9.407.164	27.368.184	4.719	
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.720	33.085	23.025	146.908	0	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1	1.298	4.489	112.411	0	
Ministério da Ciência e Tecnologia	6.944	255.760	6.761	579.569	1	
Ministério da Fazenda	63.789	207.443	191.282	696.050	4	
Ministério da Educação	299	149.250	470.673	1.028.452	0	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	498.615	1.656.208	1.207.894	5.646.347	2.077	
Ministério da Justiça	97	13.721	27.765	74.153	0	
Ministério de Minas e Energia	3.502	13.428	245.293	406.146	17	
Ministério da Previdência Social	584	4.764	12.307	233.565	8	
Ministério das Relações Exteriores	51.387	13.004.203	184.647	646.969	95	
Ministério da Saúde	0	0	52	1.631	0	
	2.521.188	44.589	648.793	2.175.457	2.032	

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Ministério do Trabalho e Emprego	90	5.126	40.439	538.609	280	
Ministério dos Transportes	128.580	259.110	3.357.905	6.789.169	6	
Ministério das Comunicações	2	732	49.398	78.034	0	
Ministério da Cultura	5.843	2.119	33.606	330.612	1	
Ministério do Meio Ambiente	13	719	21.550	101.882	1	
Ministério do Desenvolvimento Agrário	4.458	3.704	646.545	1.611.003	29	
Ministério da Defesa	10.565	28.196	21.524	169.173	160	
Ministério da Integração Nacional	124.528	33.704	1.438.649	4.625.051	0	
Ministério do Turismo	0	0	3.503	18.069	0	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	248.971	38.565	1.655	49.587	0	
Ministério das Cidades	7.602	8.251	769.408	1.309.338	10	
Outras disponibilidades do Poder não comprometidas com RP	-	-	-	-	0	
TOTAL	4.935.452	16.860.507	23.443.062	66.011.070	5.129	
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					410.422.501	

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2009

O demonstrativo evidencia os valores relativos à inscrição de empenhos em restos a pagar no exercício de 2009.

3.5.6 - Resultado Primário

As metas de resultado primário para o ano de 2009, a princípio, foram fixadas pelo art. 2º da Lei no 11.768, de 14 de agosto de 2008 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 – LDO-2009, da seguinte forma: 3,80% do Produto Interno Bruto – PIB para o Setor Público Consolidado, sendo 2,20% do PIB para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – OFS e 0,65% do PIB para o Programa de Dispêndios Globais – PDG, com a possibilidade de se reduzir tais metas em até R\$ 15.567,0 milhões correspondentes ao Projeto-Piloto de Investimentos Públicos – PPI. Em 9 de outubro de 2009, a Lei no 12.053 alterou tais metas para 2,50%, 1,40% e 0,20%, respectivamente, e a possibilidade de redução para R\$ 28.500,0 milhões, abrangendo toda a programação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Em maio, por ocasião da reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, foi possível dimensionar melhor os efeitos adversos da crise econômica e financeira internacional sobre a economia doméstica, sendo identificada a necessidade de margem para o setor público adotar medidas de política fiscal anticíclicas, complementarmente às outras já em curso. Assim, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional proposta de alteração do arts. 2º e 3º e do Anexo IV da LDO-2009, por meio da Mensagem no 326, de 14 de maio de 2009, posteriormente convertida na Lei no 12.053, de 09 de outubro de 2009.

Tal alteração previa: i) a redução da meta de superávit primário do setor público consolidado de 3,80% para 2,50% do PIB, distribuída da seguinte forma: a) 0,75% no âmbito do Governo Central, cuja meta foi reduzida de 2,15% para 1,40% do PIB; b) 0,50% das empresas estatais federais, que passou de 0,70% do PIB para 0,20% do PIB, resultado da exclusão das empresas do Grupo Petrobras; e c) 0,05% dos Governos Regionais, decorrente da redução da meta de 0,95% para 0,90% do PIB; e ii) a ampliação da possibilidade de abatimento da meta de resultado primário

no montante dos gastos efetivamente realizados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC executados no exercício até o montante de R\$ 28,5 bilhões, acrescidos dos restos a pagar deste Programa.

Em função da reestimativa do Produto Interno Bruto - PIB nominal, ocorrida em decorrência das reavaliações das receitas e despesas primárias de execução obrigatória, bem como reprojeções dos parâmetros macroeconômicos, o valor nominal da meta de superávit primário do Governo Federal para o exercício de 2009 foi atualizado, quando da edição do Decreto no 7.036, de 17 de dezembro de 2009, último decreto que estabeleceu a programação orçamentária e financeira para o exercício, para R\$ 48,8 bilhões (1,60% do PIB), dos quais R\$ 42,7 bilhões (1,40% do PIB) relativos ao Governo Central e R\$ 6,1 bilhões (0,20% do PIB) relativos às empresas estatais federais não-financeiras.

Considerando-se a realização de despesas no âmbito do PAC no montante de R\$ 17,9 bilhões, resulta que o valor da meta de superávit primário do Governo Federal para fins de cumprimento do dispositivo legal é de R\$ 30,8 bilhões.

Encerrado o exercício de 2009, o superávit primário do Governo Federal, apurado pelo Banco Central do Brasil, atingiu R\$ 40,6 bilhões, superando, portanto, em R\$ 9,8 bilhões a meta do período ajustada nos termos legais. Esta diferença foi suficiente para cobrir o desvio entre superávit primário esperado para os Governos Regionais, R\$ 27,4 bilhões, e o montante efetivamente realizado, R\$ 23,9 bilhões. Com esses resultados, evidencia-se o efetivo cumprimento da meta de superávit primário do Governo Federal no período em avaliação, ressaltando-se o disposto no § 1º do art. 2º da LDO-2009, que permite a compensação entre as metas estabelecidas para o Governo Central e para as empresas estatais federais não-financeiras.

A apuração do Resultado Primário no Brasil é feita por dois órgãos: o Banco Central do Brasil que utiliza a

metodologia “abaixo da linha”, que reflete a variação da dívida líquida do setor público; e a Secretaria do Tesouro Nacional que o faz pelo conceito “acima da linha” que reflete a diferença entre receitas e despesas públicas. As diferenças entre as duas metodologias ocorrem principalmente em função da diferença de momentos em que os registros contábeis são considerados para o cálculo do resultado (princípios de caixa e competência).

O Resultado Primário da União totalizou R\$ 32,9 bilhões no exercício de 2009, contra R\$ 71,4 bilhões observados no exercício anterior. Em termos desagregados, o superávit obtido pelo Tesouro Nacional no ano (R\$ 82,7 bilhões) foi suficiente para compensar os déficits da Previdência Social

– RGPS (R\$ 42,9 bilhões) e do Banco Central (R\$ 629,6 milhões).

A redução do superávit primário do setor público não financeiro em 2009 também contribuiu para o aumento na relação DLSP/PIB. O superávit do setor público consolidado atingiu R\$ 64,5 bilhões (2,06% do PIB), reduzindo-se em 1,48 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. Houve redução do superávit em todas as esferas do setor público, com destaque para a queda equivalente a 1,02 p.p. do PIB no superávit do Governo Central. Esse desempenho foi influenciado pelo crescimento real negativo de 2,96% das receitas federais, incluindo as receitas previdenciárias, considerando o IPCA como indexador.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

Discriminação	2008		2009	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Usos	57,2	1,9	104,6	3,3
Primário	-106,4	-3,5	-64,5	-2,1
Juros	163,7	5,4	169,1	5,4
Fontes	56,5	1,9	104,6	3,3
Financiamento interno	81,5	2,7	158,0	5,0
Dívida mobiliária	171,1	5,7	265,5	8,5
Dívida bancária	-92,9	-3,1	-126,8	-4,0
Outros	3,3	0,1	19,3	0,6
Financiamento externo	-25,0	-0,8	-53,4	-1,7

Fonte: Banco Central – Metodologia “abaixo da linha”

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO¹ - OFSS

RREO - Anexo VIII (LRF, art. 53, inciso III)		R\$ Milhares	
RECEITAS		RECEITAS REALIZADAS	
		No bimestre	Jan a Dez/2009
RECEITA TOTAL		153.887.438	739.304.486
RECEITAS DO TESOURO NACIONAL (I)		110.986.691	555.053.817
Receita Bruta		116.436.914	569.845.995
Receitas de Impostos		48.734.343	258.170.268
Impostos s/ Comércio Exterior		2.963.106	16.103.348
Impostos s/ Patrimônio e Renda		34.995.757	192.071.065
Impostos s/ Produção e Circulação		10.775.480	49.995.854
Receitas de Contribuições		40.842.865	212.514.001
Demais Receitas		26.859.706	99.161.727
Concessões de Serviços Públicos		117.995	3.091.417
Participações e Dividendos		8.381.792	26.683.036
Outras		18.359.919	69.387.274
(-) Restituições		(5.450.223)	(14.737.373)
(-) Incentivos Fiscais		-	(54.805)
RECEITAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (II)		42.399.999	182.008.444
RECEITAS DO BANCO CENTRAL (III)		500.748	2.242.225
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS (IV)		26.072.730	127.683.782
RECEITA TOTAL LÍQUIDA (V) = (I + II + III - IV)		127.814.708	611.620.704
			583.582.911

DESPESAS	DESPESAS LIQUIDADAS		
	No bimestre	Jan a Dez/2009	Jan a Dez/2008
DESPESA TOTAL	115.452.125	572.405.221	497.900.522
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL (VI)	71.034.294	344.657.042	295.907.164
Pessoal e Encargos Sociais	30.269.538	151.652.813	130.829.102
Custeio e de Capital	40.518.726	191.824.689	164.035.543
Despesa do FAT	4.252.764	27.433.038	21.026.426
Subsídios e Subvenções Econômicas	1.422.996	5.410.783	5.979.842
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	3.275.524	18.945.995	16.036.196
Outras Despesas de Custeio e de Capital	31.567.442	140.034.872	120.993.079
Transferências ao Banco Central	246.030	1.179.540	1.042.518
DESPESAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (VII)	43.759.732	224.876.366	199.562.012
DESPESAS DO BANCO CENTRAL (VIII)	658.100	2.871.813	2.431.346
FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB² (IX)	-	-	14.244.000
RESULTADO PRIMÁRIO ³		PERÍODO	
	No bimestre	Jan a Dez/2009	Jan a Dez/2008
RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO (X) = (V-VI+VII+VIII)-(V-(VI+VII+VIII)-IX)	12.362.582	39.215.483	71.438.389
Tesouro Nacional (XI) = (I-IV-VI-IX)	13.879.667	82.712.994	108.117.126
Previdência Social - RGPS ⁴ (XII) = (II-VII)	(1.359.733)	(42.867.922)	(36.206.741)
Banco Central ⁵ (XIII) = (III) - (VIII)	(157.352)	(629.589)	(471.996)

FONTE: STN/CESEF – “Metodologia acima da linha”

1 Considera-se, para efeito de apuração do Resultado Primário, o conceito de União como equivalente ao de Governo Central

2 Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

3 Os valores entre parênteses correspondem a déficit.

4 Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

5 Receitas próprias (inclui transferências do Tesouro Nacional) deduzidas das despesas administrativas.

Registrhou-se ainda, no âmbito do Governo Central, aumento no déficit da Previdência Social, que passou de 1,20% do PIB em 2008 para 1,37% em 2009. Esse resultado refletiu o crescimento menor das receitas relativamente às despesas com benefícios, a despeito da elevação da massa salarial e do emprego formal. A Lei de Diretrizes Orçamentárias relativa ao ano de 2009 estabeleceu a meta de superávit primário do setor público em 2,5%, com a possibilidade de serem descontados da meta os gastos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que alcançaram 0,57% do PIB no acumulado do ano. Tendo em vista o superávit primário efetivamente alcançado, de 2,06% do PIB, foram utilizados R\$13,9 bilhões (0,44% do PIB) de despesas do PAC para desconto da meta.

NFSP – RESULTADO PRIMÁRIO

Segmento	2007		2008		2009	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Governo Central	-59,4	-2,2	-71,3	-2,4	-42,4	-1,4
Governos regionais	-29,9	-1,1	-30,6	-1,0	-21,0	-0,7
Empr. estatais	-0,4	0,0	-4,5	-0,2	-1,1	0,0
Total	-89,7	-3,4	-106,4	-3,5	-64,5	-2,1

Fonte: Banco Central – Metodologia “abaixo da linha”

METAS DO SETOR PÚBLICO EM 2009

ABRANGÊNCIA	LDO 2009		Dec. 7.036/2009		Realizado 2009 ^{1/2}	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO	118,3	3,80	76,2	2,50	64,5	2,06
Governo Federal	88,7	2,85	48,8	1,60	40,6	1,30
- Governo Central	68,5	2,20	42,7	1,40	42,4	1,36
- Estatais Federais	20,2	0,65	6,1	0,20	-1,9	-0,06
Governos Regionais	29,6	0,95	27,4	0,90	23,9	0,77
PPI-PAC conforme Decretos de Programação ³	15,6	0,50	28,5	0,94	17,9	0,57
Meta para fins de cumprimento da LDO 2009	70,8	2,27	30,8	1,01	40,6	1,30
PIB Nominal (R\$ m bilhões)	3.113.399		3.047.192		3.128.552	

Elaboração: STN/MF – Metodologia “acima da linha”

^{1/2} O valor do PIB Nominal para 2009 constante da LOA 2009 foi estimado pelo Congresso Nacional. O Decreto 6.752/2009 adotou a mesma estimativa da LOA.

³ PIB realizado em 2009 é estimativa do Banco Central.

³ Ações selecionadas nos termos do art. 3º da Lei nº 11.768, de 2008 (PPI), e alteração introduzida pela Lei nº. 12.053, de 09 de outubro de 2009 (PAC).

Ressalte-se também o comportamento dos juros nominais apropriados pelo setor público não financeiro, cujo total, em 2009, alcançou 5,40% do PIB, reduzindo-se em 0,05 p.p. em relação ao total apropriado em 2008. Esse comportamento foi influenciado pela redução da taxa Selic acumulada, de 12,48% em 2008, para 9,93% em 2009.

No caso do Governo Central, houve aumento dos juros nominais apropriados, que passaram de 3,2% do PIB em 2008 para 4,78% em 2009. Foi influenciado também pela menor receita de juros apropriada sobre os ativos da União junto aos governos regionais.

Esses ativos, que são a contrapartida de dívidas dos estados e municípios com a União, resultam dos acordos de refinanciamento e assunção de dívidas realizados ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Parcela significativa dessas dívidas é corrigida pelo IGP-DI, índice que registrou deflação de 1,44% em 2009, contribuindo para reduzir os juros apropriados dos governos regionais, e aumentar os juros líquidos apropriados no âmbito do Governo Central.

As necessidades de financiamento do setor público no conceito nominal encerraram o ano de 2009 registrando déficit equivalente a 3,34% do PIB, superior em 1,43 p.p. do PIB ao déficit registrado no ano anterior, em função da redução do superávit primário.

No caso do Governo Central, houve aumento do déficit nominal equivalente a 2,6 p.p. do PIB. Nos governos regionais, o resultado nominal no período evoluiu favoravelmente, passando de um déficit de 1,17% do PIB em 2008 para superávit de 0,07% em 2009, desempenho que refletiu a queda dos juros nominais apropriados.

No segmento da empresas estatais, houve redução do superávit nominal, de 0,1% do PIB para 0,02%, repercutindo o desempenho desfavorável das estatais federais em 2009.

O déficit nominal do setor público acumulado no ano foi financiado com expansões de R\$ 265,5 bilhões na dívida mobiliária e de R\$ 19,3 bilhões nas demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, compensadas, parcialmente, pelas reduções de R\$ 126,8 bilhões na dívida bancária líquida e de R\$ 53,4 bilhões no financiamento externo líquido.

Resultado Nominal

No que se refere especificamente ao Governo Federal, incluindo a Previdência Social, o resultado nominal deficitário aumentou em 2009.

Como proporção do PIB, o resultado registrou déficit de 3,49%, elevando-se 2,27 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. Contribuíram para esse aumento o decréscimo de 1,01 p.p. no superávit primário e o aumento de 1,25% nos juros nominais apropriados.

O déficit nominal do Governo Federal em 2009 foi financiado, sobretudo, com a expansão de R\$ 135,9 bilhões na dívida mobiliária, contrabalançada, parcialmente pelas reduções de R\$ 120,4 bilhões na dívida bancária líquida e de R\$ 3,8 bilhões no financiamento externo.

